

O Brasil vai adiar outro débito ao BIS

por Celso Pinto
de Brasília

O Brasil e o Banco para Compensações Internacionais (BIS) deverão trocar telex, até o final deste mês, sacramentando mais uma prorrogação de débito, desta vez dos US\$ 400 milhões referentes à terceira parcela do empréstimo que vence em 31 de agosto. A informação é de uma fonte norte-americana à AP/Dow Jones e de uma fonte do Banco Central à editora Célia de Gouvêa Franco, em Brasília.

Com isto, estará formalizado o atraso no pagamento de US\$ 800 milhões ao BIS, engordando a lista dos acertos do País que dependem da assinatura de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que só deverá acontecer em outubro. Dependem deste acordo a liberação de recursos dos bancos internacionais, referentes ao "jumbo" assinado neste ano, o pagamento dos empréstimos-ponte a estes mesmos bancos, a liberação de duas parcelas de empréstimos do FMI, a

montagem de um novo "jumbo" com os bancos internacionais e a negociação com os credores oficiais no Clube de Paris.

Ontem, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, admitiu que o Brasil poderá negociar as dívidas governo a governo, estimadas em US\$ 2,7 bilhões, no Clube de Paris, após a conclusão do acerto com o FMI. "Este é um problema que temos de conversar devagar", definiu, segundo a repórter Cláudia Safatle.

Falta pouco para concluir a etapa de conversas com o FMI no Brasil, embora a aprovação do "board" só deva acontecer em outubro. Numa reunião de quatro horas entre a missão do Fundo e os ministros Ernane Galvêas e Delfim Netto, ontem, acertaram-se quase todos os números de 1983. Hoje, devem ser feitos os acertos que faltam nas projeções para 1984, e os economistas do Fundo devem voltar na sexta-feira a Washington.

Pelo que apurou este jornal, o parâmetro básico para as contas deste ano deverá ser uma inflação de

150%, mas é possível que a nova carta não fixe uma meta rígida, ou então estabeleça uma faixa de variação tolerável para os preços. Os técnicos brasileiros alegam ser impossível projetar, com alguma precisão, o comportamento dos preços neste final do ano. Sabe-se que a inflação deve ceder, com a adoção de tantas medidas, mas ninguém arrisca dizer quanto e com que rapidez. Os economistas do Fundo, segundo uma fonte brasileira, concordariam com esta colocação técnica.

Isto não exclui, contudo, a fixação de uma meta de contenção do déficit público real em termos relativos. O parâmetro acertado em julho era de 2,9% do PIB neste ano.

Para o próximo ano, segundo a mesma fonte, deverão ser estabelecidas algumas linhas gerais de comportamento da economia, num nível suficiente para garantir a continuidade de um programa duro de ajuste. Um maior detalhamento seria feito apenas em novembro, com a vinda de nova missão técnica do FMI.

Um ponto muito importante em discussão com o Fundo é a meta para o déficit em transações correntes para o próximo ano. Pela carta original, ainda em vigor, este déficit, que deverá fechar em US\$ 7,7 bilhões neste ano, teria de cair para US\$ 5 bilhões em 1984, meta que o governo brasileiro considera hoje absolutamente impraticável. O Fundo concorda, mas quer algo "próximo a isto", o que exigiria a geração de um superávit comercial de cerca de US\$ 9 bilhões. Isto exigiria um grande esforço de exportação e mais sacrifícios de contenção das importações, especialmente de petróleo.

Wilfrid Beveridge, chefe da missão do Fundo, disse ontem que a questão da aprovação da nova política salarial não foi discutida com os ministros.

(Ver página 16)

"Se tivéssemos conversado mais com os nossos parceiros da América Latina, como o México, talvez não tivéssemos cometido tantos erros nas negociações com os banqueiros estrangeiros", disse ontem o empresário Dilson Funaro. Ele sustentou que o governo deve dar importância à reunião de Caracas.

(Ver página 3)